



Dias decisivos para renegociação da nossa dívida

A renegociação formal da dívida externa brasileira a vencer a partir de 1985 começa esta semana e dominará o cenário econômico pelo menos até o final do ano. Os condutores da política econômica já estão nos Estados Unidos, enquanto os auditores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos credores privados chegarão nos próximos dias. O Brasil apresenta as contas externas em posição bem mais favorável, a ponto de dispensar pedido de recursos novos para 1985, mas a fase 3 da renegociação será tão convencional como as anteriores e envolverá apenas maiores prazos e menor spread — taxa de risco —, sem as cogitadas participação de governo, flexibilidade nas condições com parcela de sacrifícios dos bancos, capitalização parcial de juros ou pagamento dos compromissos mediante a emissão de bônus.

Hoje, em Filadélfia, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, fala a banqueiros e autoridades monetárias de diversos países, na 6ª Conferência Internacional sobre Finanças e Comércio. Enquanto Galvães e o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, permanecem hoje e amanhã em Filadélfia, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, mantém conversações com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière; com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen; e representantes do governo Reagan e bancos privados.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, também inicia hoje os preparativos em Nova York da reunião com os bancos credores, marcada para a próxima quarta-feira, possivelmente com prolongamento na quinta. Do Banco Central, além de Pastore, seguiram o diretor da Área Externa, José Carlos Madeira, e os seguintes chefes de departamento: Silvio Rodrigues Alves, Econômico; Gilberto Nobre, de Câmbio; Carlos Eduardo

de Freitas, de Operações Internacionais; e Diógenes Setti Sobreira, Jurídico.

A exemplo das etapas anteriores, a fase três de renegociação deve mesmo exigir três a quatro meses até a data de assinatura dos contratos entre o governo brasileiro e os 800 bancos credores. Apesar de Galvães e Pastore reagirem com veemência à hipótese do próximo governo participar desta etapa de renegociação, o presidente do Banco do Brasil partilha da opinião de muitos credores de que os entendimentos prosseguirão até depois de 15 de janeiro e a partir de então, ninguém mais poderá ignorar as posições da futura equipe econômica.

Nesta hipótese, a decisão do atual governo de dispensar novo jumbo pode ter vida curta. O coordenador da secretaria executiva da Aliança Democrática e professor do departamento de economia da Universidade de Brasília, Décio Garcia Munhoz, já qualificou de irrealista a exclusão de recursos novos para 1985: "Isso não passa de tentativa de se imobilizar o próximo governo".

O presidente do Banco Central não aceita as observações de que a falta de dinheiro novo constitui imposição dos banqueiros, mas simples constatação de que o País pode cobrir o projetado déficit em conta corrente de menos de US\$ 4 bilhões no próximo ano com créditos comerciais dos bancos privados, financiamentos de fornecedores e de organismos internacionais, como o Banco Mundial — de US\$ 1,2 a 1,3 bilhão — e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — mais de US\$ 300 milhões.

Por isso, embora a falta de recursos novos não ajude a reativação da economia, os renegociadores da dívida garantem que não há risco de queima de reservas cambiais. O superávit comercial projetado de US\$ 12,5 bilhões pode trazer, caso se confirme a tendência de queda dos juros externos a patamar inferior a 10% ao ano —, o déficit em conta corrente para a casa dos US\$ 2 bilhões, no próximo ano, o que asseguraria até o acúmulo de mais reservas.

Essa dança de números e diversidade de projeções estarão em discussão lá fora e aqui. Amanhã, a chefe da Divisão do Atlântico do FMI, Ana Maria Jul, chegará com outra missão para acertar as diretrizes do balanço de pagamentos e também de economia interna — orçamentos fiscal, monetário e das estatais em 1985.

Para checar o *in loco* o desempenho econômico brasileiro, os economistas do subcomitê de economia dos bancos, chefiado por Douglas Smee, do Banco de Montreal, também estarão em Brasília, na semana que vem.